

Na eleição, alternativas para a crise

por Célia Rosemblum
de São Paulo

É um quadro complexo o que cerca o eleitorado brasileiro cinco meses antes das eleições de novembro. Depois de conviver durante 29 anos com governos que não escolheu, a população irá indicar um presidente da República numa situação onde sociólogos e cientistas políticos identificam crise econômica, social e política, falta de credibilidade do poder público, distorções no sistema de representação política e fragilidade institucional.

"Se alguma coisa marca esta conjuntura é uma incerteza elevada à enésima potência", analisa Lourdes Sola, professora de ciência política na Universidade de São Paulo (USP), onde também é responsável pela coordenação de um grupo de economia e política no Instituto de Estudos Avançados (IEA). "Existe um congestionamento de problemas num momento de transição democrática, o que afetaria qualquer governo", detecta Lourdes, Phd pela Universidade de Oxford e autora de O estado da transição política e econômica na Nova República.

"O momento é de crise política, econômica e social", define Maria Tereza Sadek, que também ensina ciência política na USP. "Sem perspectivas positivas de mudança, a população não tem alternativas políticas claras. O que se percebe é a desconfiança da população, a falta de credibilidade do governo", nota o sociólogo Valeriano Mendes Ferreira Costa, pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) em São Paulo.

A questão central, para a socióloga Maria Victória Benevides, da USP e do Cedec, é a "ilegitimidade do governo Sarney". Esta é a raiz da crise e a principal causa da "descrença generalizada". Desde a morte de Tancredo Neves, segundo Maria Victória, o brasileiro convive com um governo ilegítimo e somente em uma situação — durante o Plano Cruzado, em 1986 — houve uma reversão desse quadro. "Mas ele foi rigidamente revertido, com a ilegitimidade se acentuando ainda mais, com o aproveitamento eleitoral das medidas econômicas", avalia.

Economia dolarizada e falência do setor público configuram, para o cientista político argentino Guillermo O'Donnell, "uma crise econômica brutal", o ponto de maior evidência deste momento que o Brasil vive. Professor na USP, pesquisador no Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebap) e diretor acadêmico do Instituto Kellogg, em Notre Dame (EUA), que se dedica ao estudo da América Latina, ele identifica ainda crises política e social, que acompanham os problemas econômicos.

"O grande enigma é o que fazer com a economia. É saber se o futuro governo vai conseguir estabilizá-la e deter esta caminhada rumo ao precipício boliviano", diz O'Donnell. "É necessária uma decisão econômica, com todos os custos que se possa imaginar. Mas uma solução precisa ficar evidente", completa Costa.

Sob o comando do presidente José Sarney, o atual governo tem poucas chances de dar uma resposta positiva aos problemas

econômicos, na análise de Maria Victória. As tentativas esbarram sempre na questão da legitimidade. O quadro pode começar a ser modificado com as eleições.

"Com uma eleição em dois turnos, garantindo a maioria para o presidente eleito, existem possibili-

dades de o quadro se alterar", ecoa Maria Tereza.

"A população hoje quer soluções para o problema econômico. Qualquer candidato — de direita, esquerda ou centro — que apresentar um projeto coerente, propostas para enfrentar a inflação, mesmo que seja com a recessão, terá

juga as questões política e social, Lourdes detecta, uma série de fatores que impede a solução do problema inflacionário. O Brasil vive uma transição democrática com características muito específicas, construída por "arranjos que procuram evitar qualquer redistribuição de penalidades", exigidas por programas de austeridade e democratização.

O necessário jogo cooperativo é prejudicado por interesses setoriais: "Os setores são incapazes de abdicar de seu próprio ponto de vista", diz Lourdes. "É uma espécie de círculo vicioso com grupos lutando por seu espaço. Ao mesmo tempo as instituições democráticas não estão suficientemente fortalecidas para permitir uma imposição de medidas ou penalizações", completa. Mas nesse processo, a cientista política detecta um aspecto positivo: a defesa dos interesses setoriais possibilita a consolidação de identidades coletivas de natureza democrática.

Lourdes também lembra que o momento eleitoral, sem projetos claros, acaba prejudicando uma das exigências da atual conjuntura: a reorganização do Estado. E no debate amplo das propostas dos candidatos que Maria Victória identifica chances de a sociedade encontrar uma solução para o conturbado panorama político, econômico e social do Brasil. Mas ela acha que a escolha do próximo presidente pelo voto direto "já é um alento". O que não significa necessariamente que as coisas vão mudar. Aos 47 anos, Maria Victória — assim como seus filhos — votará pela primeira vez para presidente.

sucesso", prevê Maria Victória. Mas Costa identifica outra hipótese: se houvesse uma definição clara do quadro eleitoral, que ainda oscila muito e não permite antecipar a correlação de forças entre a esquerda e a direita, o quadro econômico ganharia estabilidade.

Em uma análise que con-